

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX.

### **IDOSA - TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL**

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº XXXXX XXX/XX e CPF XXXXXX, **representada por sua mãe e sua curadora** a Sra. **Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº XXXXXX XXX/XX e do CPF XXXXXXXX, telefone XXXXXX, XXXX, conforme sentença judicial em anexo, **residente e domiciliada** XXXXXXXXXXXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, Núcleo de XXXXX, com fundamento na legislação vigente, requerer a expedição de

### **ALVARÁ JUDICIAL**

para que seja autorizada a venda da parte do imóvel e do automóvel pertencente a Sra. **Fulana de tal**, interdita por intermédio da decisão exarada nos autos do processo nº XXXXXXXX, na qual a Sr. **Fulano de tal (mãe)** foi declarada sua curadora judicial, pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas.

### **DOS FATOS E DO DIREITO**

A Requerente, juntamente com seus irmãos **Fulano de tal, Fulano de tal, Fulano de tal, Fulano de tal e Fulano de tal**, são herdeiros legítimos necessários do falecido **Fulano de tal**, conforme cópia do formal de partilha em anexo.

Desta forma,. são coproprietários dos seguintes bens:

- 1) Imóvel localizado no condomínio tal, XXXXXXXXXX, atualmente avaliado em R\$XXXXX (XXXXXXX), conforme parecer Técnico de Avaliação Mercadológico Imobiliário em anexo;
- 2) Automóvel XXXXXXXX, placa XXXXXXXX, ano de fabricação/modelo XXXX/XXXX, cor XXXXX, chassi nº XXXXXXXX, avaliado em R\$ XXXXXX à época do formal de partilha que se procedeu no ano de XXXXXX, porém, ATUALMENTE, está avaliado em R\$XXXXX (XXXXXX);

Nesse sentido, os bens foram divididos da seguinte forma:

1) X/XX para a viúva meeira **Fulana de tal**; 2) X/XX para os demais herdeiros legítimos necessários acima mencionados, sendo que compete a Sra. **Fulana de tal X/XX dos bens acima mencionados**, conforme cópia do formal de partilha em anexo.

Cabe destacar que a Sra. **Fulana de tal** não é capaz de praticar os atos da vida civil - autos da interdição: XXXXXX - sendo que a mãe da interditada, **a Sra. Fulana de tal**, foi nomeado curadora da mesma, conforme documentos anexados.

Nesse sentido, os irmãos da Requerente tem uma enorme necessidade em proceder a venda dos bens supracitados, tendo em vista o que se segue:

**a) Quanto ao automóvel faz-se necessária a venda pois este é de fabricação do ano XXXX, que além dos ônus que vem acarretando, não vem tendo**

utilidades para a requerente e sua mãe, uma vez que não possuem sequer habilitação para tanto; relatam que constantemente vem causando prejuízos com peças e eventuais consertos, além da necessidade do pagamento do IPVA/DPVAT;

**b) Quanto ao imóvel faz-se necessária a venda pois este não vem apresentando nenhuma funcionalidade para a requerente e seus irmãos, nem obtendo lucro, apenas gastos com água, luz, e demais gastos provenientes de um imóvel desocupado;**

Cabe ressaltar que o ponto comercial na qual a Requerente detém o percentual de X/XX do valor foi avaliada em R\$ XXXXXX (XXXXXXX), conforme Parecer Técnico de Avaliação, feito pelo corretor responsável pela venda em anexo, **porém há mais de 2 (dois) que o imóvel está a venda pelo valor de R\$XXXXX (XXXXX) e ainda não conseguiram proceder a venda.**

E quanto ao automóvel, no ano de XXXX foi avaliado em R\$XXXXXX (XXXXXXX) pelo Oficial de Justiça deste Tribunal, **porém, em decorrência do desgaste natural que existe dos automóveis, hoje está avaliado em R\$XXXXXX (XXXXXXX).**

Desta forma, com a venda dos bens em que a Requerente detém o valor de X/XX será devidamente depositado na conta de titularidade da Sra. **Fulana de tal:** agência XXX, conta XXXX - Banco Tal, onde também será mantido o mesmo percentual de X/X a seu favor, ou seja, não haverá prejuízos para a mesma.

Assim, plenamente possível o deferimento do presente feito, eis que alicerçado em diversos diplomas legais, em especial pelo fato de que os interesses da Requerente incapaz (Sra. **Fulano de tal**) estará plenamente assegurada, em especial, pelo fato de que **a mesma passará a ter a mesmo valor em sua conta pessoal acima mencionada.**

## DOS PEDIDOS

### 1. Ante o exposto, requerem:

- a) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) a intervenção do Ministério Público;
- c) seja julgado procedente o pedido, expedindo-se o pertinente **ALVARÁ JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA** da parte que cabe a Requerente no imóvel situado **no condomínio tal, XXXXXXXXXXXXXXXX**, bem como do **Automóvel XXXXXXXX, placa XXXXXX, ano de fabricação/modelo XXXX/XXXXXX, cor prata, chassi nº XXXXXXXX**, onde a Requerente permanecerá/ficará com uma cota-parte de X/XX;

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXX).

Nesses termos, Pede deferimento.

XXXXXX,      XX/XX/XX    XX:XX:XX

---

**Fulano de tal**

representada por sua Curadora **Fulano de tal**

Fulano de tal  
Advogada Colaboradora OAB/XX XXXX

***Fulano de tal***  
*Defensor Público*